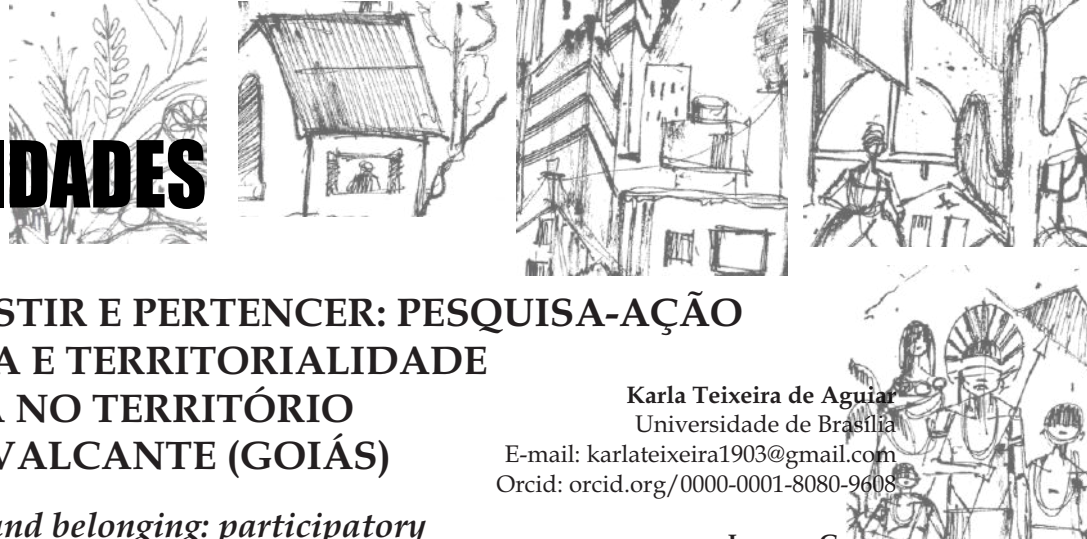




## TRILHAR, RESISTIR E PERTENCER: PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA E TERRITORIALIDADE COMUNITÁRIA NO TERRITÓRIO KALUNGA, CAVALCANTE (GOIÁS)

*Walking, resisting and belonging: participatory action research and community territoriality in the Kalunga territory, Cavalcante (Goiás)*

DOI

### RESUMO

O artigo analisa o território Kalunga, a partir do município de Cavalcante, estado de Goiás, através de uma perspectiva que integra territorialidade comunitária e pesquisa-ação participativa. A análise parte da dissertação de mestrado defendida em 2023, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e foi construída em parceria com a comunidade quilombola Kalunga, com o objetivo de compreender o trilhar como uma prática simbólica e material que reflete modos próprios de habitar a sociobiodiversidade, resistir e produzir conhecimento. A investigação adotou uma abordagem participativa, envolvendo a visita no interior das comunidades, escutas, registros fotográficos e mapeamentos realizados com as lideranças e guias locais. Foram identificados e registrados espaços significativos, como as cachoeiras Santa Bárbara, Capivara, Candaru, que representam não apenas atrativos naturais, mas também lugares de memória, fé e sociabilidade. O trilhar Kalunga revela-se como uma prática que articula saber tradicional, economia solidária e pertencimento territorial, fortalecendo a autonomia comunitária frente às pressões externas que evidenciam a necessidade de controle territorial. Assim, o turismo de base comunitária surge como um caminho de emancipação política, econômica e valorização cultural, reafirmando o território Kalunga como espaço de resistência e de construção de futuros sustentáveis no Cerrado brasileiro.

**Palavras-chave:** Comunidade Kalunga. Cerrado. Pesquisa-Ação Participativa. Territorialidade. Resistências.

Karla Teixeira de Aguiar  
Universidade de Brasília  
E-mail: karlateixeira1903@gmail.com  
Orcid: orcid.org/0000-0001-8080-9608

Lorrane Gomes  
Universidade Estadual de Goiás  
E-mail: lorrannegomes@gmail.com  
Orcid: orcid.org/0000-0003-3760-3705

Nílcia Santos  
Quilombola Kalunga, Vão de Almas,  
Cavalcante/Goiás  
E-mail: nilciasantos27@gmail.com

### ABSTRACT

The article analyzes the Kalunga territory, specifically in the municipality of Cavalcante, Goiás state, through a perspective that integrates community territoriality and participatory action research (PAR). The analysis stems from the Master's dissertation defended in 2023, within the Postgraduate Program in Geography at the State University of Goiás (UEG), and was developed in partnership with the Kalunga quilombola community. Its objective was to understand 'trilhar' (the act of tracing/following a path) as a symbolic and material practice that reflects distinctive ways of inhabiting sociobiodiversity, resisting, and producing knowledge. The investigation adopted a participatory approach, involving visits to the communities, listening sessions, photographic records, and mapping carried out with local leaders and guides. Significant spaces were identified and registered, such as the Santa Bárbara, Capivara, and Candaru waterfalls, which represent not only natural attractions but also places of memory, faith, and sociability. The Kalunga paths ('trilhar Kalunga') are revealed as a practice that articulates traditional knowledge, solidarity economy, and territorial belonging, strengthening community autonomy against external pressures that highlight the need for territorial control. Thus, community-based tourism emerges as a path toward political and economic emancipation and cultural valorization, reaffirming the Kalunga territory as a space for resistance and the construction of sustainable futures in the Brazilian Cerrado.

**Keywords:** Kalunga Community. Cerrado. Participatory Action Research. Territoriality. Resistances.

## INTRODUÇÃO

O território Kalunga, situado na região nordeste do estado de Goiás, abriga a maior comunidade quilombola titulada do Brasil. Reconhecido como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga – Lei 11.409/1991, abrange áreas dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, sendo habitado por descendentes de uma ancestralidade negra diaspórica, que foi usada como mão de obra escravizada na extração do ouro de aluvião, retirado das águas cristalinas da região da Chapada dos Veadeiros, no miolo do Cerrado brasileiro. Neste território construíram modos de vida baseados na solidariedade, na agricultura familiar e na preservação ambiental, práticas que lhes conferem uma territorialidade singular, uma forma de resistência histórica.

À luz disso, o presente artigo é resultado da análise de um recorte da dissertação de mestrado realizada em 2023 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em parceria direta com a comunidade Quilombola Kalunga. Aqui buscou-se compreender o trilhar (entendido tanto como prática física de deslocamento quanto como metáfora de resistência e pertencimento), como uma territorialidade geradora de economia de base comunitária e de afirmação identitária.

A proposta surge em um contexto de transformação das práticas locais, nas quais o turismo de base comunitária se torna um instrumento de autonomia e reapropriação territorial. Contudo, o turismo, quando apropriado por agentes externos, também pode gerar conflitos. Assim, compreender o trilhar Kalunga exige situá-lo entre o protagonismo e a disputa territorial, entre a tradição e a modernidade imposta.

A investigação adota a Pesquisa-Ação Participativa (PAP) como caminho teórico-metodológico, compreendendo-a não apenas como técnica, mas como práxis decolonial e comunitária (Fals Borda, 1987; Brandão, 2006; Freire, 1996). Nesse horizonte, a pesquisa se constrói junto à comunidade, com o reconhecimento de que a produção de conhecimento é inseparável da ação transformadora e da escuta dos saberes e fazeres locais. Nesse sentido, a participação efetiva da guia, amiga e geógrafa Nilcia Ribeiro dos Santos, foi fundamental.

## COMUNIDADE KALUNGA: TERRITÓRIO, HISTÓRIA E MODOS DE VIDA

A comunidade Kalunga está situada entre os estados de Goiás e Tocantins. Devido à divisão territorial desses estados, as comunidades quilombolas também foram cindidas desde 1989. Os Kalunga de Goiás abrangem os municípios de Cavalcante (71%), Teresina de Goiás (15%) e Monte Alegre de Goiás (13%), enquanto os Kalunga de Tocantins estão localizados nos municípios de Arraias e Paranã.

O território quilombola Kalunga de Goiás totaliza 261.999 mil hectares, 69 ares e 80 centiares (Associação Quilombo Kalunga, 2019)<sup>1</sup> dos quais apenas 25.915,0962 hectares foram titulados<sup>2</sup> (BRASIL, 2022). Ao todo são 39 comunidades quilombolas autônomas, estabelecidas na região a partir de 1790, conforme Palacin (1995) período em que a casa de fundição de ouro em Goiás é transferida para Cavalcante. Anos seguintes, com a “falta de crédito dos donos das minas e afrouxamento do regime escravista” (Aguiar, p. 44, 2023), bem como pressão da resistência negra, muitas pessoas ainda em situação de escravidão ganharam suas cartas de alforria, além de fugirem para ambientes como o aqui tratado, vãos e chapadões do planalto central.

---

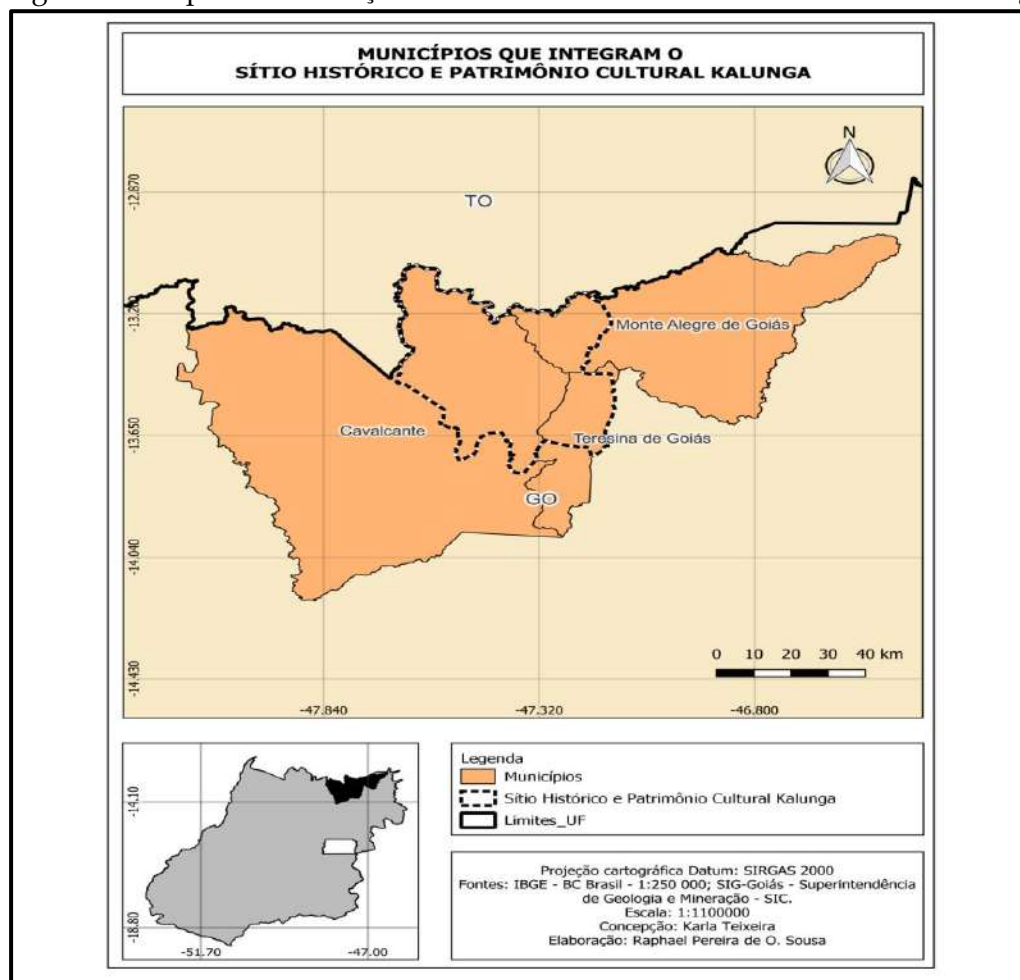
<sup>1</sup> Informação disponível no Estatuto e Regimento Interno da Associação Quilombo Kalunga.

<sup>2</sup> Em outubro de 2024 ocorreu a última reintegração de posse à Associação Quilombo Kalunga publicada no site do INCRA. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/area-de-10-mil-hectares-e-retomada-pelo-incra-no-territorio-quilombola-kalunga-go>. Acesso em: out. 2025.

O isolamento histórico possibilitou que essas comunidades se desenvolvessem através de uma autonomia cerceada, com modos próprios de subsistência, preservando práticas culturais e sociais com pouca interferência externa. Como no município de Cavalcante se concentra a maior porcentagem do território Kalunga, a análise descortina as comunidades do Engenho II, Vão de Almas e Vão do Moleque, através da relação do Kalunga com a sociobiodiversidade que o compõe.

A região de difícil acesso e marcada por serras, vãos<sup>3</sup>, rios e cachoeiras, é uma importante área cultural e ecológica. Na maior parte das comunidades, o acesso somente é possível com veículos com tração nas quatro rodas. A figura 1 mostra a localização do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga em Goiás, à 370 km de Brasília:

Figura 1 – Mapa de localização do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga



Fonte: IBGE - BC Brasil - 1:250 000; SIG - Goiás - Superintendência de Geologia e Mineração - SIC. Elaboração: Raphael Sousa, 2023.

A partir da produção de subsistência as comunidades garantem sua alimentação. Notou-se através do levantamento feito pelo Projeto “Produtos Kalunga da Sociobiodiversidade do Cerrado<sup>4</sup>” que teve como coordenador o atual presidente da Associação Quilombo Kalunga - Carlos Pereira - que a mandioca é a cultura agrícola

<sup>3</sup> Termo utilizado dentro das comunidades para nomear áreas rebaixadas entre serras, vales.

<sup>4</sup> O projeto Produtos Kalunga da Sociobiodiversidade do Cerrado foi desenvolvido no ano de 2023, dentro do território Kalunga e tinha como objetivo estruturar e organizar a cadeia comercial dos produtos Kalunga para a organização do Armazém Kalunga, inaugurado no mês de março de 2025.

predominante em todas as comunidades e subsidia a produção da farinha a qual é utilizada para a complementação alimentícia, bem como para a venda, pois as famílias utilizam esta renda para aquisição daquilo que não é produzido no território (ferramentas, sal, açúcar).

Além da agricultura, a comunidade cria bovinos, suínos e aves, realiza o extrativismo de frutos do Cerrado e mantém hortas e pomares para o cultivo de frutas e verduras. A figura 2 mostra alguns quintais de moradores da comunidade:

Figura 2 – Produção de hortaliças e verduras por moradores do Vão de Almas



Fonte: Nilcia Ribeiro dos Santos, 2026.

A produção agrícola Kalunga tem relação com as manifestações culturais representadas pelas rezas, ladainhas, músicas, vestimentas, folias, tradições seculares e ancestrais preservadas e registradas através da oralidade, narrativas e mais recente da escrita. A festa tradicional mais conhecida ocorre na comunidade do Vão de Almas,<sup>5</sup> no mês de agosto, durante a Romaria de Nossa Senhora D'Abadia. O festejo reúne missas, batizados, casamentos, apresentações de forró e folias, sendo um espaço de celebração religiosa, sociabilidade e fortalecimento da identidade cultural Kalunga.

Já a Romaria do Vão do Moleque, mesmo não muito conhecida entre o público externo, para o Kalunga, já apresenta um público que a própria comunidade desconhece, prova disso são os assédios que a comunidade recebe no período eleitoral com a presença de políticos até mesmo do âmbito regional. Mesmo diante destas fragilidades, a comunidade se apropria de sua produção cultural e contesta a atuação de padres que apresentam limitações para a realização do batismo e casamento. Este fato tem feito com que o número de batizados

---

<sup>5</sup> Para Auciléia Torres Kalunga e Renaldete Pereira dos Santos Kalunga, a Romaria de Nossa Senhora D'Abadia é mais conhecida dentre o Kalunga em função da localização da comunidade do Vão de Almas, pois está próxima dos três municípios os quais compreendem o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK) – Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.

e casamentos durante o festejo apresente decadência. Além disso, o visitante não dá a mesma importância aos ritos organizados pela comunidade durante todo o ano, este aspecto também tem trazido incômodos, pois no momento das orações, o barulho se sobrepõe às vozes femininas que guardam a fé, a religiosidade Kalunga.

Naquilo que se refere aos saberes e fazeres, o uso de plantas medicinais é uma prática recorrente entre os Kalunga, sendo parte integrante do cotidiano e da sabedoria tradicional da comunidade. O conhecimento detalhado de muitas pessoas sobre o uso de plantas medicinais e seus efeitos é fundamental para o cuidado da saúde coletiva, para a preservação de saberes ancestrais e para a manutenção da autonomia frente a práticas externas de medicina convencional. Esse saber tradicional também fortalece a relação da comunidade com o território, pois envolve a identificação, cultivo e proteção das espécies nativas do Cerrado.

No que se refere às condições de infraestrutura, a comunidade ainda enfrenta diversas limitações. A maior delas é a ausência de estradas; este fato foi apontado como um entrave para escoar a produção no momento de realização do projeto “Produtos Kalunga da Sociobiodiversidade do Cerrado”, além disso, somente as comunidades mais próximas às sedes municipais que são atendidas com a distribuição de energia. Para as comunidades mais distantes, o abastecimento elétrico ocorre por meio de placas solares, bem como por geradores, além do uso de lamparinas.

Outra situação que tem incomodado as comunidades do Kalunga em Cavalcante, é a falta de Unidades Básicas de Saúde; as comunidades contam com o agente, mas não possuem a disponibilidade de médicos, enfermeiros (as) junto à população. Nota-se que este fato tem inquietado inclusive os turistas, pois alguns acidentes já ocorreram no interior do território e os guias não tiveram como recorrer ao amparo médico imediato.

O isolamento histórico, que por muito tempo significou abandono estatal, também garantiu a preservação de práticas ancestrais e de um profundo vínculo socioespacial e espiritual com o Cerrado. A natureza é compreendida como entidade viva e sagrada; as águas, as serras e as trilhas são espaços de memória, trabalho e fé. Segundo Almeida (2015), o território Kalunga constitui-se como um espaço de vida, de resistência e de afirmação identitária, onde a relação entre comunidade e natureza expressa modos próprios de organização social e simbólica.

Contudo, com o avanço das políticas de turismo e da valorização ambiental, como a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), o território Kalunga passou a ser alvo de novas dinâmicas. O acesso às cachoeiras e trilhas, antes restrito à comunidade, tornou-se rota turística e econômica, transformando o trilhar em uma prática que transita entre a subsistência, o lazer e o empreendimento coletivo.

## **FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA E PRÁXIS COMUNITÁRIA**

A Pesquisa-Ação Participativa (PAP) fundamenta-se na articulação entre conhecimento e ação, entre teoria e prática, entre reflexão e transformação. Criada e difundida por Orlando Fals Borda na América Latina, a PAP rompe com o paradigma positivista e propõe uma ciência voltada à libertação de diferentes sujeitos socioculturais. Para Fals Borda (1987), conhecer é intervir: é “investigar para transformar”.

Em diálogo com essa perspectiva, Brandão (2006) entende a pesquisa participante como um processo educativo e ético, que desloca o pesquisador do lugar de observador para o de sujeito solidário e aprendiz. O conhecimento se constrói na reciprocidade, por meio do encontro entre saberes, histórias e experiências.

Por sua vez, Freire (1996) oferece a base pedagógica dessa perspectiva ao compreender a *práxis* como a união entre reflexão e ação, mediada pelo diálogo. Ele ensina que

ninguém educa ninguém, mas que todos se educam em comunhão, em um processo de leitura crítica da realidade.

Aplicada ao contexto Kalunga, a PAP torna-se uma pedagogia territorial: cada trilha, cada conversa e cada mapeamento participativo são atos de conhecimento e resistência. A pesquisa não se impõe sobre a comunidade, mas nasce de dentro dela, fortalecendo sua capacidade de organização e sua autonomia frente às pressões externas.

Desse modo, para palmilhar o território quilombola foi necessário enxergá-lo por dentro a partir do diálogo com a guia e geógrafa Nilcia Ribeiro dos Santos, a qual vive a prática do trilhar cotidianamente. A escuta de lideranças como Carlos Roberto Pereira da Conceição foi fundamental para melhor compreender os futuros do turismo de base comunitária no território Kalunga, além dos conflitos existentes.

O contato direto, as caminhadas pelas trilhas, as entrevistas e as rodas de conversa constituíram o núcleo empírico da investigação.

A convivência com os Kalunga permitiu compreender o território não apenas como espaço físico, mas como tecido de relações socioculturais e espirituais. Nesse sentido, a metodologia se alicerça na escuta e na participação efetiva, princípios centrais da pesquisa-ação participativa.

Baseada em Fals Borda (1987, 2001), a análise busca ver e agir com o povo; com Brandão (2006), busca aprender fazendo junto; e, com Freire (1996), busca dialogar para libertar. Essa tríade orienta a produção de um conhecimento comprometido com a justiça territorial e o fortalecimento da comunidade Kalunga.

### **Mapeamento participativo e memória territorial**

A realização da pesquisa-ação participativa junto à comunidade Kalunga envolveu não apenas o diálogo e as entrevistas, mas sobretudo o reconhecimento e o registro dos lugares de vida, trabalho, memória e resistência que compõem as territorialidades Kalunga em Cavalcante (GO).

As atividades de campo foram organizadas a partir da convivência direta com os moradores e com as lideranças locais, resultando em caminhadas, registros fotográficos, cartografias participativas e gravações orais que documentaram o modo como a comunidade habita e interpreta o território.

Durante os percursos, foram registradas trilhas e cachoeiras que compõem o patrimônio natural e cultural Kalunga, entre elas:

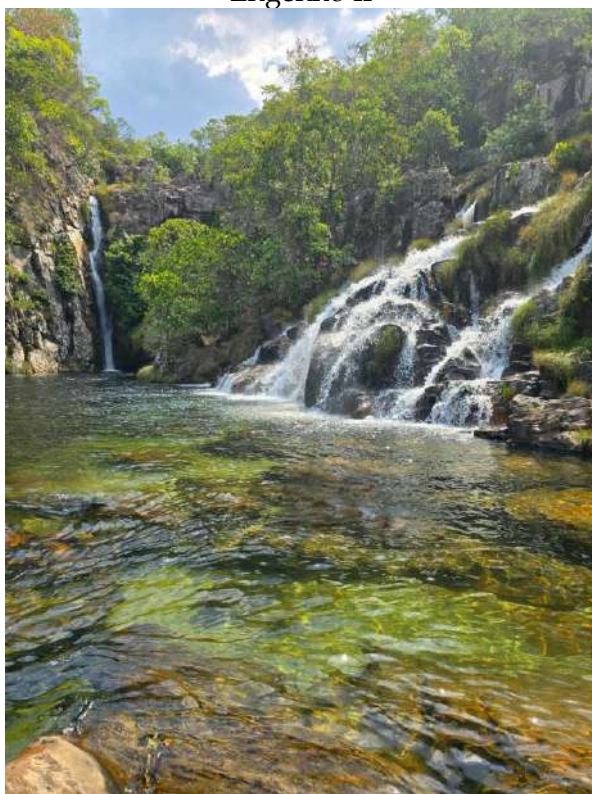
Cachoeira de Santa Bárbara, reconhecida como um dos principais atrativos do território, gerida pela Associação Kalunga Comunidade Engenho II (AKCE) e símbolo da relação entre turismo e identidade, como mostra a figura 3. A Cachoeira da Capivara, encontro do Rio Tiririca e Rio Capivara forma um poço de água fria (Figura 4). Seu acesso é feito por uma pequena trilha irregular.

Figura 3 – Cachoeira Santa Bárbara – Complexo Santa Bárbara. Comunidade do Engenho II



Fonte: Nilcia Ribeiro dos Santos, 2025.

Figura 4 – Cachoeira Capivara – Complexo Santa Bárbara localizado na Comunidade do Engenho II



Fonte: Nilcia Ribeiro dos Santos, 2025.

Cachoeira Candaru, apresenta três quedas d'água que formam poços de águas cristalinas e geladas. O acesso é feito em duas etapas, primeiro por um pau de arara<sup>6</sup>, depois a pé, na trilha, adentra-se no Cerrado por um trieiro até as margens da cachoeira, na parte baixa (terceira queda) (Figura 5).

Figura 5 – Cachoeira Candaru - Complexo Santa Bárbara localizado na Comunidade do Engenho II



Fonte: Nilcia Ribeiro dos Santos, 2025.

Engenho II, que liga as comunidades tradicionais ao núcleo urbano de Cavalcante, sendo um eixo de circulação e comércio, como mostra a figura 6.

Vão de Almas e Vão do Moleque, localidades que mantêm traços mais intensos da cultura Kalunga, com forte presença da agricultura familiar, das festas tradicionais e das manifestações religiosas, bem como comunidades que têm o acesso condicionado à geomorfologia da região – formação de serras como Geral e Santana (Figura 7).

---

<sup>6</sup> Pau de arara: a expressão está para adaptação das carrocerias de camionetes, bem como caminhões com bancos de madeira e cobertura de lona para realizar o transporte de pessoas pelos atrativos turísticos.

Figura 6 – Área de uso comum (banheiros) na Comunidade Engenho II



Fonte: Nilcia Ribeiro dos Santos, 2025.

Figura 7 – Vista da Serra do Vão de Almas, município de Cavalcante (GO)



Fonte: Rodrigo Kalunga – Guia em Teresina de Goiás e Monte Alegre, 2025.

Esses lugares foram mapeados, participativamente, com o apoio de lideranças como Nilcia Ribeiro dos Santos, Kalunga, que contribuiu para a leitura crítica do território a partir do olhar de quem o habita.

As conversas coletivas revelaram que as trilhas não são apenas caminhos físicos, mas eixos de memória e espiritualidade, ligando as casas às roças, as águas às serras e o passado ao presente. A oralidade e o gesto de caminhar foram compreendidos como formas de registrar e ensinar, assim a Geografia Kalunga é contada pelos pés, pelos corpos e pelas vozes que a percorrem.

Nesse sentido, o mapeamento participativo serviu não apenas para documentar o espaço, mas para reafirmar a territorialidade como construção coletiva, permitindo à comunidade refletir sobre seus próprios usos do território e sobre os desafios impostos pela entrada de agentes externos: turistas, empreendedores, órgãos ambientais, entre outros.

O registro dos lugares evidenciou também a pluralidade de temporalidades que coexistem no território: enquanto as casas de adobe e as práticas agrícolas remetem à ancestralidade africana e à luta por sobrevivência, as novas infraestruturas ligadas ao turismo (pontes, estacionamentos, guias credenciados) demonstram a inserção da comunidade em circuitos econômicos contemporâneos. Como mostra a figura 08:

Figura 8 – Área de estacionamento na Comunidade Engenho II



Fonte: Nilcia Ribeiro dos Santos, 2025.

A PAP, nesse contexto, funcionou como ferramenta de mediação social e política, pois o ato de pesquisar se converteu em um espaço de diálogo sobre o futuro do território. O conhecimento produzido foi constantemente devolvido à comunidade por meio da participação de eventos na comunidade, debates e exibição de relatos, fotografias, reafirmando a coautoria e a autonomia coletiva sobre os dados.

Assim, as pesquisas e registros realizados no território Kalunga constituem uma cartografia viva da resistência, que combina as dimensões física, simbólica e política do espaço.

Cada trilha, curso hídrico e serra documentados reflete o modo como o povo Kalunga constrói e defende seu direito ao território e à memória.

## O TRILHAR KALUNGA: DO LUGAR À TERRITORIALIDADE

Ao propor uma análise geográfica do trilhar Kalunga, acessou-se a organicidade de um povo que construiu um jeito próprio de ir e vir, mantendo uma relação intrínseca à proteção do ambiente que o cerca, o que reafirma o abordado por Silva (2010) quando considera que povos e comunidades tradicionais são guardiões do Cerrado, da sociobiodiversidade em que estão.

A comunidade Kalunga, a partir de seu conhecimento ancestral do Cerrado e de sua experiência acadêmica recente, propõe um novo arranjo econômico para a prática do trilhar, aproximando-o de uma concepção de turismo de base comunitária. Para tanto, tornou-se necessário analisar o território em sua totalidade.

Apesar de serem frequentemente alvo de assédios acadêmicos e institucionais, apenas em 2021 o território Kalunga passou a ter acesso a dados de georreferenciamento, o que redefiniu a prática do trilhar. Como ilustra a figura 9, trata-se de um atrativo recentemente incorporado ao percurso do trilhar Kalunga, localizado na divisa entre os estados de Goiás e Tocantins, a 75 km de Cavalcante (GO).

Figura 9 – Piscina de borda infinita, no complexo turístico do Canjica



Fonte: Nilcia Ribeiro dos Santos, guia Kalunga, 2023.

Após estes dados serem acessados pela Associação Quilombo Kalunga (AQK) e Associação Kalunga Comunidade do Engenho II (AKCE), notou-se a criação de estratégias para que o roteiro do trilhar fosse ampliado, bem como a realização de formação e capacitação de guias Kalunga, além da consolidação de uma cadeia turística no interior das comunidades, pensada desde a oferta de alimentos para abastecer aos restaurantes, ao transporte feito para se chegar nos pontos de trilhagem. Nota-se que é a partir desta conjuntura que o Kalunga deixa

de pensar o trilhar como algo particular, orgânico e o adapta às expectativas externas; é o momento em que a prática da organização no lugar alcança a territorialidade.

Desse modo, observou-se no contexto Kalunga que a mudança ocorrida da prática do trilhar à produção do turismo, é reflexo das pressões externas, bem como se trata de um processo considerado natural, mas não orgânico, tendo em vista que muito do que foi feito até agora nas comunidades atendem a necessidades exigidas por órgãos governamentais e pelo público frequentador, a exemplo disso tem-se as passarelas de acessibilidade até a cachoeira Santa Bárbara na comunidade Engenho II em Cavalcante (GO).

À luz disso, na comunidade do Vão do Moleque, no início do segundo semestre de 2025, foi construído o Centro de Atendimento ao Turista (CAT), além disso, foi construído também um armazém que vai contribuir para a venda de produtos de origem Kalunga, como óleos como de buriti, mamona, sementes como de gergelim, doces, artesanatos. Além de aproximar o produtor do propenso cliente, existe a clara possibilidade do festejo do Vão do Moleque, ocorrido no mês de setembro, receber mais turistas, o que para a comunidade pode ser um ponto positivo, levando em conta a necessidade de geração de renda dentro da comunidade, o que estimula a permanência do jovem no contexto rural ou o retorno de muitos que estão em centros urbanos como o entorno de Brasília.

É visível que o Kalunga está atento às possibilidades econômicas que o turismo lhe oferece, nesse sentido, notou-se em agosto de 2025 que algumas famílias do Vão de Almas prepararam suas casas para receberem os turistas que participaram da Romaria de Nossa Senhora D'Abadia.

Práticas como o banho de rio no final da tarde, o preparo da paçoca de carne seca, as conversas ao luar, encantam e tornam o habitat Kalunga uma atração. Além disso, a consolidação do CAT na região do Vão do Moleque influenciará na aproximação do turista com a romaria de Nossa Senhora do Livramento, São Gonçalo e São Sebastião, uma trindade santa que abençoa seus devotos, que tratam as festividades como oportunidade de agradecer pelo ano que passou, pela roça, e também pelo encontro familiar.

À luz dessa ampliação das práticas turísticas no Kalunga, recentemente a AQK recebeu a reintegração de posse do complexo do Prata, região onde se localiza um dos principais atrativos, a cachoeira Rei do Prata (outubro de 2024), como mostra a figura 10. Segundo Nilcia Ribeiro dos Santos o processo finaliza o pagamento de valores abusivos para grileiros e fazendeiros que atuavam na administração da entrada no complexo turístico.

Para Carlos Pereira, presidente da Associação Quilombo Kalunga, o complexo terá a oportunidade de ser administrado pelo jeito Kalunga, pois não tratam os atrativos como uma “máquina de fazer dinheiro, mas como lugares sagrados”<sup>7</sup>.

Nota-se que mesmo diante de processos que permitem a consolidação da prática turística na região, a chegada de investidores (figura 11), na margem esquerda do Rio Prata, já no estado de Tocantins, tem criado conflitos indiretos com guias Kalunga que mesmo após a integração de posse, passam por uma área privada para acessarem o complexo de cachoeiras na margem direita do mesmo curso hídrico, já no estado de Goiás, no território Kalunga.

---

<sup>7</sup> Entrevista dada à Agência Universitária de Notícias durante os eventos do 3º Congresso Brasileiro de Trilhas, realizado no Parque Ibirapuera, São Paulo (SP), entre 14 e 17 de novembro de 2024.

Figura 10 – Vista frontal da cachoeira Rei do Prata no município de Cavalcante



Fonte: Ana Luiza Moraes, 2024.

Figura 11 – Margem esquerda do Rio do Prata – estado de Tocantins – ocupada por investimentos hoteleiros – chalés ao fundo



Fonte: Nilcia Ribeiro dos Santos, 2025.

O cenário em que se configura a territorialidade turística Kalunga até o momento possui aspectos que consideram o trilhar para além de uma fonte de renda de base comunitária; é também uma forma de domínio do território, pois nota-se que somente os/as guias pertencentes e associados/as à (AQK) circulam nos complexos turísticos de dentro das comunidades, o que fortalece o território quilombola e a atividade de base econômica que se organiza desde o transporte<sup>8</sup> à oferta de alimentação.

Mesmo que a prática do turismo seja validada pela AQK, nota-se que a AKCE gerencia e cria critérios como o que os guias precisam realizar teste do bafômetro antes do início do

---

<sup>8</sup> O transporte do turista é feito por pessoas da comunidade em camionetes, e é cobrado o valor individual que se mostra distinto, sendo que se paga 20,00 reais (moeda brasileira) para acessar a cachoeira Santa Bárbara, para as cachoeiras Candarú e Capivara é cobrado o valor de 33,00 reais para cada atrativo.

trajeto, usarem uniformes, além de suspenderem o guia que não estiver de acordo com as normas por 3 meses.

Ao não concordarem com as práticas adotadas pela presidência da AKCE, alguns guias afirmam que têm realizado outros trajetos turísticos dentro do território Kalunga que não possuam relação com a AKCE, tendo em vista a guiagem para o complexo do Canjica e Prata, isso os permite ter autonomia, mesmo que estejam cientes de sua responsabilidade enquanto representante da comunidade Kalunga diante de um grupo de turistas.

Sendo assim, o turismo de base comunitária no território Kalunga está exposto a conflitos internos e externos ainda que tenha estimulado o protagonismo de homens e mulheres como a guia Nilcia Ribeiro dos Santos, que até setembro de 2025 manteve sua agenda completamente preenchida com agendamentos para o trilhar, o que permite compreender que o Kalunga resiste às investidas do capital opressor à sua maneira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do trilhar Kalunga evidencia como práticas cotidianas, historicamente desenvolvidas pelo povo Kalunga, se transformam em espaços de resistência, pertencimento e produção de conhecimento coletivo. A partir da pesquisa-ação participativa, foi possível compreender que o trilhar não é apenas um caminho físico entre os pontos do território, mas um eixo simbólico e material que conecta memória, espiritualidade, sociabilidade e economia de base comunitária. Cada trilha, cachoeira e local registrado reflete a capacidade da comunidade de articular saberes tradicionais, estratégias de sustento e formas de autonomia frente às pressões externas, sejam elas de caráter econômico, institucional ou turístico.

O mapeamento participativo e as caminhadas realizadas com a comunidade demonstraram que o território Kalunga é vivido e interpretado de maneira integral, onde o cotidiano, as práticas agrícolas, as festividades e a gestão do turismo se entrelaçam, consolidando uma territorialidade que é simultaneamente orgânica e funcional. Essa territorialidade comunitária é fruto de décadas de história, resistência à marginalização e diálogo constante entre tradição e inovação, permitindo à comunidade criar arranjos econômicos próprios, organizar fluxos turísticos e fortalecer seu protagonismo social.

A pesquisa-ação participativa mostrou-se uma ferramenta metodológica capaz de legitimar os saberes locais e transformar a investigação acadêmica em prática emancipatória. O processo de construção do conhecimento junto à comunidade reforça a ideia de que a produção de saber deve ser comprometida com a justiça territorial, a preservação cultural e a autonomia dos sujeitos sociais, especialmente de comunidades historicamente marginalizadas.

Além disso, o estudo revelou as tensões existentes entre o uso interno e externo do território, destacando a necessidade de mecanismos de governança que conciliem turismo, conservação ambiental e direitos comunitários. A gestão participativa do trilhar e dos atrativos turísticos, assim como o protagonismo de guias locais, mostra que a resistência se manifesta não apenas na preservação cultural, mas também na capacidade de negociar e reorganizar o território frente às demandas contemporâneas.

Portanto, o trilhar Kalunga configura-se como mais do que um caminho físico: é uma prática de resistência, um instrumento de afirmação identitária e um vetor de transformação social. Ele materializa a capacidade da comunidade de caminhar, resistir e pertencer, reafirmando o território Kalunga como espaço de autonomia, cultura e construção de futuros sustentáveis no Cerrado brasileiro. A pesquisa evidencia que o conhecimento produzido em parceria com a comunidade fortalece a territorialidade, reconhece os sujeitos como protagonistas de sua história e demonstra que os caminhos trilhados pelo povo Kalunga são também caminhos de emancipação e valorização cultural.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. **O território e a comunidade Kalunga: Quilombolas em diversos olhares**. Universidade Federal de Goiás, 2015. 329 p.
- AGUIAR-NASCIMENTO, Karla Teixeira. **Quilombolizar Kalunga: de pesquisados a pesquisadores**. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina, Cidade de Goiás, 2023.
- AGUIAR-NASCIMENTO, Karla Teixeira; *et al.* A paisagem na arquitetura vernacular Kalunga. In: TEIXEIRA, M. E. S.; *et al.* (org.). **Questões agrárias em território goiano**. Santa Maria: Arco Editores, 2024.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL. **Estruturação do produto turístico**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2009.
- FALS BORDA, Orlando. *El problema de cómo investigar la realidad para transformarla*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1987.
- FALS BORDA, Orlando. *Investigación acción: Métodos de investigación social participativa*. México: Siglo XXI, 1987.
- FALS BORDA, Orlando. A investigação-ação participativa. **Revista Brasileira de Educação**, n. 18, p. 65-84, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MOREIRA, Jorgeanny de Fátima Rodrigues.; ALMEIDA, Maria Geralda. O lugar Kalunga como lugar turístico: um olhar sobre o turismo rural no Engenho II em Cavalcante (GO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 708-721, 2013.
- NEVES, Maria Vilma Mendes. **Festa do Vão do Moleque: religiosidade e identidade étnico-cultural**. Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007.
- SANTOS, Jean Carlos Vieira. Gênese do lazer e turismo na microrregião de Quirinópolis (Goiás). In: BELFORT, C.; CUTRIM, K. D. G.; CÂMARA, R. B. **Espaço, turismo e cultura**. São Luís: Edufirma, 2017.
- SAQUET, Marco Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SILVA, Lorrane Gomes. Avá Canoeiro: Guardiões do Cerrado do Norte Goiano. **Revista Ateliê Geográfico, Universidade Federal de Goiás – IESA**, 2010.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

---

## INFORMAÇÕES DOS(AS) AUTORES(AS)

Karla Teixeira de Aguiar

Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Desenvolve pesquisas sobre comunidades quilombolas em Goiás, com enfoque na Educação Escolar Quilombola, em colaboração com a Universidade de Brasília (UnB). É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores(as)

Negros(as) (ABPN), da Rede de Pesquisadores de Comunidades Tradicionais (CT), da Rede de Pesquisas Quilombolas Kalunga e do Grupo de Leituras em Geografia Cultural Maria Geralda de Almeida, vinculado ao Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: [karlateixeira1903@gmail.com](mailto:karlateixeira1903@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8080-9608>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0486203462437339>

### **Lorrane Gomes**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG), no Campus Cora Coralina, na Cidade de Goiás; atua na graduação em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS), Campus Sudoeste.

E-mail: [lorrannegomes@gmail.com](mailto:lorrannegomes@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3760-3705>

Lattes <http://lattes.cnpq.br/3130563394184110>

### **Nilcia Santos**

Quilombola Kalunga da comunidade Vão de Almas no município de Cavalcante em Goiás. Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2021). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia física. Atuando nos seguintes temas: Relatos de trajetórias socioespaciais dos estudantes quilombolas no espaço acadêmico da Universidade Federal de Goiás entre 2017 e 2021

E-mail: [nilciasantos27@gmail.com](mailto:nilciasantos27@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5815358257528723>

---

Recebido em: 15/11/2025

Aceito em: 07/12/2025